



INFORMATIVO TÉCNICO DO SEMIÁRIDO - ISSN - 2317-305X

GRUPO VERDE DE AGROECOLOGIA E ABELHAS

Um histórico dos sem terra no brasil: desafios e conquistas e um relato sobre o assentamento de reforma agrária da MAISA Paulo Freire em Mossoró -RN

Artur Leônio Maia Fernandes

Graduando em Agronomia a Universidade Federal Rural do Semiárido-Ufersa Mossoró – RN. e-dmail: arthur_leonio2012@hotmail.com

RESUMO - O Brasil é considerado dentro do contexto internacional como um dos países mais desiguais em termos de distribuição de terras. O MST surgiu como um movimento social de caráter nacional, com o propósito de auxiliar os sem terra na luta pelos seus direitos no que se refere à questão agrária, principalmente, mas também para auxiliá-los na conquista do exercício da sua cidadania. A ocupação das propriedades é a principal alternativa que eles encontram para reivindicar seus direitos. O assentamento de Reforma Agrária da Maisa Paulo Freire em Mossoró-RN, é um bom exemplo dessa conquista. Foi possível visitá-lo e observar que lá existe uma organização incrível da comunidade, que possui escola, igreja, posto de saúde, e que sobrevive seja através da criação de animais, seja através de cultivos agrícolas ou até mesmo através do trabalho em cooperativas ou indústrias na região. A conquista da terra é um ponto de partida para a obtenção de outros direitos; o abastecimento do mercado interno através da agricultura familiar é fato na região assentada, bem como a elevação da renda das famílias assentadas; no campo social ocorre uma redução significativa da mortalidade infantil e da extrema pobreza; e das desigualdades sociais. Este trabalho tem por objetivo abordar um histórico dos sem terra no Brasil, enfatizando os principais desafios e conquistas e apresentar como exemplo dessa realidade, um relato sobre o assentamento de Reforma Agrária da Maisa Paulo Freire em Mossoró-RN.

Palavras-chave: Democratização de terra, assentamento de Reforma Agrária, Maisa.

A historical of the without earth in brazil: challenges and conquests and a report on the establishment of agrarian reform of MAISA Paulo Freire IN Mossoró-RN

ABSTRACT - The Brazil is considered inside of the international context as one of the unequalest countries in terms of distribution of lands. The MST appeared as a social movement of national character, with the purpose of aiding the without lands in the fight for your rights in what he refers to the agrarian subject, mainly, but also to aid them in the conquest of the exercise of your citizenship. The occupation of the properties is alternative mainly that they find to demand your rights. The establishment of Agrarian Reform of Maisa Paulo Freire in Mossoró-RN, is a good example of that conquest. It was possible to visit him/it and to observe that there an incredible organization of the community exists, that possesses school, church, health center, and that survives be through the creation of animals, be through agricultural cultivations or even through the work in cooperatives or industries in the area. The conquest of the earth is a starting point for the obtaining of other rights; the provisioning of the internal market through the family agriculture is fact in the seated area, as well as the elevation of the income of the seated families; in the social field it happens a significant reduction of the infant mortality and of the extreme poverty; and, of the social inequalities. This work has for objective to approach a historical of the without lands in Brazil, emphasizing the mainly challenges and conquests and to present as example of that reality, a report on the establishment of Agrarian Reform of Maisa Paulo Freire in Mossoró-RN.

Key words: Democratization of land, establishment of Agrarian Reform, Maisa.

INTRODUÇÃO

UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E POLÍTICA DA QUESTÃO NO BRASIL

O Brasil é, hoje, considerado um dos países que apresenta maior concentração de terras do mundo, bem como improdutividade significativa de grandes áreas. Sendo que isso, acontece desde o período da colonização portuguesa e perdura até os dias de hoje. O Regime e a Ditadura Militar foram sistemas políticos socioeconômicos que privaram de certa forma, os direitos de expressão, reunião, organização e manifestação dos camponeses e instalaram um modelo concentrador e excludente, que despojava a pequena agricultura, e impulsionava o êxodo rural, a exportação em massa da produção, o uso intensivo de agrotóxicos e a concentração não apenas de terra, mas também dos subsídios financeiros para a agricultura (LIMEIRA, 2010, p.8-9).

A partir dos meados do século XX, novas feições e formas de organização foram criadas na luta pela terra e pela Reforma Agrária. Nas diferentes regiões do país, contínuos conflitos e eventos formaram o campesinato (conjunto de agricultores de uma região, de um Estado). Em 1984, os trabalhadores rurais que protagonizavam as lutas pela democracia da terra e da sociedade convergem em um encontro nacional, em Cascavel (PR). Na ocasião, decidiram fundar um movimento camponês o qual tivesse repercussão nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e por mudanças sociais no país (LIMEIRA, 2010, p.9).

Na época o país vivia um período de esperança com o primeiro presidente civil em 21 anos. O Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA) de 1985 previa dar aplicação rápida ao Estatuto da Terra e assentar 1,4 milhão de famílias. O plano, porém, fracassou (Ibid).

Na década de 1990, teve início o governo de Fernando Collor de Mello, que foi caracterizado por uma forte repressão. Foi durante o governo do seu vice, Itamar Franco, que foi aprovada a Lei Agrária (Lei 8.629), na qual as propriedades rurais foram reclassificadas com a regulamentação da Constituição. Com isso, não havia mais vieses jurídicos que impossibilitassem as desapropriações (Ibid). Segundo o mesmo autor a situação ficou mais delicada no governo seguinte, tal que:

“Sob o primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (1994-1998),

além do aumento do êxodo rural (provocado pela ação dos bancos contra pequenos agricultores endividados), o Brasil testemunhou também os dois maiores massacres da segunda metade do século XX: Corumbiara (1995), em Rondônia, e Eldorado dos Carajás (1996), no Pará.

No mesmo período, foram criadas duas medidas provisórias persecutórias a quem ocupava terras e implantado o Banco da Terra, uma política de crédito para compra de terras e criação de assentamentos em detrimento das desapropriações. Foram destruídas as políticas de crédito especial para a reforma agrária e assistência técnica criadas durante o governo José Sarney (1985-1989), prejudicando as famílias assentadas e intensificando o empobrecimento.

Embora FHC tenha propagandeado que realizou a maior reforma agrária da história do Brasil, seu governo nunca possuiu um projeto de reforma agrária real. Durante os dois mandatos, a maior parte dos assentamentos implantados foi resultado de ocupações de terra. Todavia, o número de assentamentos implantados foi diminuindo ano a ano. Para garantir as metas da propaganda do governo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário “clonou” assentamentos criados em governos anteriores e governos estaduais, registrando-os como assentamentos novos criados por FHC. Essa tática criou confusão tamanha que, ao final do seu mandato, nem mesmo o Incra conseguia afirmar quantos assentamentos foram realizados de fato.” (LIMEIRA, 2010, p.10).

A seguir apresenta-se duas tabelas que exemplificam a evolução dessa política dentro do contexto nacional, as quais demonstram que nos períodos citados, os governos que mais se destacaram no que se refere às conquistas do MST e, conseqüentemente, realização da Reforma Agrária, foram os de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, principalmente.

INFORMATIVO TÉCNICO DO SEMIÁRIDO - ISSN - 2317-305X

GRUPO VERDE DE AGROECOLOGIA E ABELHAS

Ocupações de terra 1985-2006

Tabela 1.

Governo	Ocupações	%	Famílias	%
Sarney (1985-1989)	229	3	34.333	3
Collor/Itamar (1990-1994)	507	7	82.600	8
FHC (1995-1998)	1.987	28	301.908	29
FHC (1999-2002)	1.991	28	290.578	28
Lula (2003-2006)	2.387	34	343.958	33
Total	7.101	100	1.053.377	100

Fonte: DATALUTA (2008) apud Fernandes, 2008.

Reforma agrária 1985-2006

Tabela 2.

Governo	Assentamentos	%	Famílias	%	Hectares	%
Sarney (1985-1989)	800	11	122.598	16	8.248.899	17
Collor/Itamar (1990-1994)	461	7	61.825	8	4.485.953	9
FHC (1995-1998)	2.211	31	240.819	31	10.706.365	22
FHC (1999-2002)	1.712	24	149.140	19	7.296.429	15
Lula (2003-2006)	1.879	27	192.257	25	17.092.624	36
Total	7.063	100	766.639	100	47.830.270	100

Fonte: Ibid (2008).

A década de 90 vivenciou o abandono da agricultura familiar pelo Estado, com a retirada de subsídios e assistência técnica, além da subordinação da agricultura ao mercado internacional. Nessa época, foram realizadas importantes lutas camponesas, como a Marcha Nacional por Emprego e Reforma Agrária, em 1997,

INFORMATIVO TÉCNICO DO SEMIÁRIDO - ISSN - 2317-305X

GRUPO VERDE DE AGROECOLOGIA E ABELHAS

quando 100 mil pessoas receberam o MST em Brasília (LIMEIRA, 2010, p. 10).

A Reforma Agrária surgiu como uma política que visa promover a democratização de terra, a fim de atender aos princípios básicos de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento da produção agrícola interna, através da agricultura familiar. O que se busca com ela, é a implantação de um novo modelo de assentamento, baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial (REFORMA AGRÁRIA, 2011). Com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, teve-se toda uma expectativa para com a Reforma Agrária, no entanto, ainda que ele tenha sido e ainda seja, um histórico defensor dessa política, a situação da agricultura para com os pequenos agricultores e assentados, agravou-se um pouco, uma vez que houve um maior incentivo por parte do Governo ao sistema de monocultura, especialmente da soja, cana-de-açúcar e celulose, além do aumento ao incentivo à pecuária extensiva, bem como à exportação de produtos agrícolas (LIMEIRA, 2010, p.10). Isso quer dizer, um maior apoio ao agronegócio. É que segundo o mesmo autor:

“Incentivado pelo governo, o agronegócio tem como lógica a exploração da terra, dos recursos naturais e do trabalho, por meio do financiamento público. Não produz alimentos para o povo brasileiro, deteriora o ambiente, gera poucos empregos e utiliza grandes extensões de terra para a monocultura de exportação, baseada em baixos salários, no uso intensivo de agrotóxicos e de sementes transgênicas. Num contexto de crise econômica mundial, não tem condições de produzir alimentos para a população ou criar postos de trabalho para os agricultores.” (Ibid).

Esta visão sobre o agronegócio não condiz cem por cento com a realidade que se aprende. A sua lógica realmente se dá através da exploração da terra, dos recursos naturais, do trabalho e visando, principalmente, abastecer o mercado internacional, uma vez que ele paga melhor pelos produtos agrícolas aqui cultivados, é o caso da nossa fruticultura irrigada. No entanto, não podemos generalizar, e afirmar que ele só nos traz prejuízos, porque isto não é verdade.

As mudanças no uso do solo e de pecuária para soja ou cana-de-açúcar tornaram-se uma marca do processo em que improdutividade e produtividade se unem como barreiras às políticas de Reforma Agrária (FERNANDES, 2008).

A elevação da renda das famílias é realidade nos assentamentos, principalmente onde as agroindústrias estão desenvolvidas. Uma pesquisa realizada pela FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) aponta que a média de renda nos assentamentos é de 3,7 salários mínimos mensais por família, e onde as agroindústrias estão implantadas essa média sobe para 5,6 salários mensais por família (LIMEIRA, 2010, p. 11).

“Uma das principais conquistas do MST é manter o tema da reforma agrária na pauta de discussão da sociedade e do Estado. No campo social, os resultados nas áreas conquistadas são significativos: foi praticamente eliminada a mortalidade infantil nos assentamentos, e não existe mais a fome. É incomparável a produtividade, número de empregos e instalação de infra-estrutura de uma área antes e depois de se transformar em assentamento. Acima de tudo, foi conquistada a dignidade da cidadania, porque quando a cerca do latifúndio é rompida, também se rompe a cerca do “voto de curral”, do coronelismo e da dominação política. Além dessas conquistas, o MST continua defendendo a democratização da terra e a implementação de uma política efetiva para o desenvolvimento dos assentamentos, buscando reorganizar a produção agrícola para que o país atenda as necessidades da população. Com isso, romperemos barreiras importantes para o desenvolvimento nacional e para a eliminação das desigualdades sociais no Brasil.” (Ibid).

AS MARCAS DA CONCENTRAÇÃO DE TERRAS NO BRASIL

Segundo Limeira (2010, p. 14) a concentração de terras é uma das maiores cicatrizes do nosso país, no qual poucos latifundiários controlam boa parte das terras. As consequências disso é a pobreza no campo, o desrespeito aos direitos sociais, a falta de emprego e a superexploração do trabalho. Isso impede o desenvolvimento das comunidades rurais e estimula o tão conhecido êxodo rural, o que inflama as cidades e gera outro problema, a superpopulação das cidades, o que amplia seus problemas sociais.

INFORMATIVO TÉCNICO DO SEMIÁRIDO - ISSN - 2317-305X

GRUPO VERDE DE AGROECOLOGIA E ABELHAS

A SITUAÇÃO ATUAL DO MST NO PAÍS E AS LUTAS DOS SEM TERRA PELA REFORMA AGRÁRIA

Segundo Limeira (2010, p. 17) o Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem hoje 90 mil famílias acampadas (aproximadamente 400 mil pessoas), vivendo em mais de mil acampamentos, distribuídos em 23 Estados e no Distrito Federal. O mesmo afirma que os acampamentos dos sem terra são construídos por famílias de camponeses que vivem como trabalhadores rurais, arrendatários, bóias-frias, meeiros e querem ter a própria terra para plantar. Nessas atividades, as famílias recebem os menores salários da sociedade brasileira e percebem que a terra deve ser daqueles que trabalham nela, e não dos que fazem reserva de patrimônio, especulação imobiliária ou produzem para exportação (Ibid).

Há também famílias carentes que foram expulsas do rural no Brasil, essa é a única alternativa que eles têm para lutar pelos seus direitos. Pois, cerca de 80% das famílias que mudaram para a periferia das cidades, porém, querendo desapropriações ocorridas hoje, foram realizadas por conta voltar ao campo. E, uma vez sabendo da existência das ocupações na última década. De modo geral, o que se viu no movimento, decidem juntassem aos sem terra na tentativa de entender que sem elas a Reforma Agrária não há ou não conseguir conquistar uma melhor condição de vida no campo, função (LIMEIRA, 2010, p. 17). E isso é fato em todo o país, ter sua própria casa, uma horta para plantar e trabalhar, dar saúde, educação, lazer e garantir saúde para toda a família.

Depois de feito a ocupação nas propriedades, as famílias passam a viver nos acampamentos, nas beiras de estradas ou em áreas abandonadas, enfrentando dificuldades no seu dia a dia para morar, dormir, descansar e comer. No entanto, encontram um refúgio na organização coletiva de uma comunidade, onde todos enfrentam os mesmos problemas juntos. Elas percebem que essa é a melhor alternativa de enfrentá-los. Chegam a passar anos embaixo de lonas pretas, resistindo na perspectiva de conseguir a terra, e entrar em um programa de Reforma Agrária (LIMEIRA, 2010, p. 17).

Segundo Fernandes (1999, p. 293) apud Ederval Everson Batista “os acampamentos são espaços e tempo de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação. São uma forma de materialização da organização dos sem terra e trazem em si, os principais elementos organizacionais do movimento”.

“O assentamento é o território conquistado, é portanto um novo recurso na luta pela terra que significa parte das possíveis conquistas. Representa sobretudo a possibilidade da territorialização. Nesse processo, os sem terras já assentados doam uma pequena parte de sua produção para o Movimento, para que a luta ganhe força e continue abrindo a possibilidade de novas

conquistas. No entanto, a conquista da terra não é o fim da luta, é sempre o ponto de partida. Os sem terra foram aprendendo na caminhada que quem luta só por terra tem na própria terra o seu fim.” (BATISTA).

No Brasil, os assentamentos rurais podem ser entendidos como o resultado concreto das lutas dos trabalhadores rurais (filhos de pequenos agricultores, arrendatários, posseiros, meeiros, atingidos por barragens, empregados rurais, etc.) pela posse da terra. [...] os assentamentos rurais constituem um exemplo de reinserção e reprodução de vida de um grupo de pessoas que não se omitiram e percorreram o longo caminho de volta para a terra, estando aptos a devolver o caráter produtivo que um dia lhes foi usurpado (Ibid).

Os sem terra fazem isso, porque de uma maneira

geral, essa é a única alternativa que eles têm para lutar pelos seus direitos. Pois, cerca de 80% das famílias que mudaram para a periferia das cidades, porém, querendo desapropriações ocorridas hoje, foram realizadas por conta voltar ao campo. E, uma vez sabendo da existência das ocupações na última década. De modo geral, o que se viu no movimento, decidem juntassem aos sem terra na tentativa de entender que sem elas a Reforma Agrária não há ou não conseguir conquistar uma melhor condição de vida no campo, função (LIMEIRA, 2010, p. 17). E isso é fato em todo o país, ter sua própria casa, uma horta para plantar e trabalhar, dar saúde, educação, lazer e garantir saúde para toda a família.

A questão é a seguinte, de um lado existe uma área improdutiva ou abandonada, e de um outro, há trabalhadores sem terra que querem trabalhar e produzir, mas não tem onde. A partir do momento em que eles ficam sabendo de seus direitos que são assegurados ou que pelo menos deveria ser, pela a Constituição de 1988, resolvem lutar por aquilo que é deles segundo a própria legislação nacional. O artigo 5º e inciso vinte e três da Constituição Federal Brasileira de 1988, determina que a propriedade deve atender a sua função social. Uma vez que isso não acontece, os trabalhadores têm plenos direitos legais de lutar por aquela área.

MST(UMA LUZ NA VIDA DE FAMÍLIAS CARENTES)

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é resultante das lutas e reivindicações pela democratização de terras e da sociedade, tendo como objetivos principais: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e por mudanças sociais no país. Na Maisa tudo começou a partir do momento em que o imóvel rural deixou de cumprir seu papel social, ou seja, tornou-se improdutivo, e como já foi dito anteriormente isso não é permissível, segundo a Constituição Federal Brasileira de 1988. Então, os trabalhadores com apoio do MST, fizeram a ocupação das áreas que eram improdutivas e, com muita persistência e resistência, conseguiram o direito de posse de terra. Na



INFORMATIVO TÉCNICO DO SEMIÁRIDO - ISSN - 2317-305X

GRUPO VERDE DE AGROECOLOGIA E ABELHAS

época, a desapropriação custou aos cofres públicos a quantia de R\$ 8.909.077,48, preço de mercado pela terra nua e pelas benfeitorias, seguindo normas técnicas do Incra e com base nas pesquisas de caráter legal feitas na região (JORNAL SEM TERRA, 2009).

O que se percebe é que o MST tem um certo fundamento, uma vez que defende e media os direitos de pessoas que não têm terra para morar e trabalhar, tendo em vista que existem muitas terras sem produzir nada e concentradas nas “mãos” de poucos, ou reservadas nas mãos de alguns como forma de acúmulo de capital. E quando os trabalhadores sem terra conseguem esse “benefício” junto aos órgãos governamentais, demonstram através do trabalho e organização que eles apresentam, como se pôde observar no assentamento da Maisa Paulo Freire em Mossoró-RN, que realmente deram por valer todo o sacrifício, exceto alguns que se utilizam daquela tão sonhada conquista para vender ou trocar o que foi “concedido”, embora a legislação brasileira não permita isso. De modo geral, nos assentamentos da Maisa existem associações que trabalham com segurança alimentar, comercialização da produção agrícola, além da melhoria no poder de compra das famílias. E, segundo um próprio membro daquela comunidade, existe ali algumas deficiências quanto à assistência médica, principalmente e, quanto à educação local.

A IMPORTÂNCIA DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL E EM ESPECIAL A IMPORTÂNCIA DO ASSENTAMENTO DA MAISA PAULO FREIRE EM MOSSORÓ-RN

Apesar de todos os obstáculos, os assentamentos implantados vêm demonstrando viabilidade econômica e social (Concrab apud Ederval Everson Batista), pois estão conseguindo manter ocupado no meio rural um expressivo contingente populacional que produz matéria-prima para o setor industrial e grande parte dos alimentos básicos para suprimento do mercado nacional (BATISTA). Aqui podemos citar a agricultura familiar, que é desenvolvida dentro dos assentamentos de Reforma Agrária.

É incomparável a produtividade, número de empregos e instalação de infraestrutura de uma área antes e depois de se transformar em assentamento. Mesmo em época de difícil sobrevivência, como a atual seca que vivencia-se, os assentados ainda conseguem extrair dali base para sua sobrevivência, através da criação de aves, bovinos, suínos, caprinos, ovinos, cultivo de pomares e hortaliças. É o que acontece, por exemplo, no assentamento da Maisa.

É importante destacar que, acima de tudo, a partir desse direito obtido, conquistou-se também a dignidade da cidadania, porque quando a cerca do latifúndio, no caso da

empresa Maisa, foi cortada, junto com ela rompeu-se também a cerca do “voto de curral”, do coronelismo e da dominação política, como já foi citado anteriormente.

SITUAÇÃO ATUAL DO ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA DA MAISA PAULO FREIRE

Hoje, as famílias assentadas vivem uma nova realidade no local, elas trabalham na recuperação dos pomares existentes e lidam com a fruticultura, como a melancia e o melão, que se destina tanto ao mercado interno, principalmente, quanto ao externo. Porém, atualmente a produção está um pouco defasada devido à incidência da seca que envolve a região nordeste, sendo que a cultura que ainda está resistindo às condições da estiagem é o feijão. Porém, boa parte dos homens daquele assentamento estão trabalhando em cooperativas e indústrias da região, devido a esse fenômeno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conquista da terra não é o fim da luta, é sempre o ponto de partida. Uma vez que os sem terra foram aprendendo na caminhada que, quem luta só por terra tem na própria terra o seu próprio fim. De modo geral, os assentamentos de Reforma Agrária implantados no Brasil, vêm demonstrando viabilidade econômica e social, pois estão conseguindo manter ocupado no meio rural um expressivo contingente populacional que produz matéria-prima para o setor industrial e grande parte dos alimentos básicos para suprimento do mercado nacional através da agricultura familiar. É indiscutível a produtividade agrícola, o número de empregos e instalação de infraestrutura de uma área antes e depois de se transformar em assentamento. É fato a elevação da renda onde as famílias estão assentadas, principalmente, onde as agroindústrias estão instaladas. No campo social é praticamente eliminado a mortalidade infantil, e não mais existe a extrema pobreza, uma vez que as famílias já começam a produzir seus próprios alimentos e comercializar o excedente. O MST continua defendendo a democratização da terra e a implementação de uma política efetiva para o desenvolvimento dos assentamentos, buscando reorganizar a produção agrícola para que o país atenda as necessidades da população. Com isso, ocorre o rompimento de barreiras importantes para o desenvolvimento nacional e para a eliminação das desigualdades sociais no Brasil.

REFERÊNCIAS



INFORMATIVO TÉCNICO DO SEMIÁRIDO - ISSN - 2317-305X

GRUPO VERDE DE AGROECOLOGIA E ABELHAS

- BATISTA, Ederval Everson. A Espacialização (luta) e a Territorialização (conquista) da terra nos municípios de Londrina e Tamarina - PR. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/primeirosimposio/resumos/edervaleversonbatista.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2012.
- BRASIL, Constituição da República Federativa do: 1988. Artigo 5º Dos Direitos e Garantias Fundamentais Inciso XXIII. Emenda Constitucional, Brasil. 3. Revisão Constitucional, Brasil. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008, 464p.
- CONCRAB. Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. **Revista**. São Paulo, 1996 apud BATISTA, Ederval Everson. A Espacialização (luta) e a Territorialização (conquista) da terra nos municípios de Londrina e Tamarina - PR. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/primeirosimposio/resumos/edervaleversonbatista.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2012.
- DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra 2008. Núcleo de estudos, pesquisas e projetos de reforma agrária apud FERNANDES, Bernardo Maçano. Debates [O MST e as reformas agrárias do Brasil] SAL [Año IX Nº 24 Octubre de 2008].
- FERNANDES, Bernardo Maçano. **MST: formação e territorialização**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- FERNANDES, Bernardo Maçano. O MST e as Reformas Agrárias no Brasil. **O Sal**. Debates [O MST e as reformas agrárias do Brasil]. Boletim DATALUTA, artigo do mês, dez. 2008.
- Maisa, o maior e mais produtivo assentamento rural. **Jornal Sem Terra**, Nov. 2009. Disponível em : <<http://www.mst.org.br/jornal/298/estados>>. Acesso em: 27 maio 2012.
- O que é campesinato? Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/campesinato>>. Acesso em: 20 jun. 2012.
- Reforma Agrária. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/reforma-agraria>>. Acesso em : 26 maio 2012.
- Secretaria Nacional do MST. **MST: Lutas e Conquistas**. 2 ed. São Paulo. Secretaria Nacional do MST: Alameda Barão de Limeira, jan. 2010, 54p. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em: 10 jun. 2012.